



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 141/12

Institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Art. 1º O Estado do Paraná, quando da formulação e implementação da política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, se pautará pelas diretrizes nesta Lei elencadas, para sua aplicabilidade e consecução.

§ 1º Para efeitos desta Lei, será considerada pessoa com TEA aquela com prejuízo na comunicação e nas relações sociais, conforme critérios clínicos definidos na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID e na Organização Mundial de Saúde - OMS.

§ 2º A pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º A intersetorialidade deve pautar o desenvolvimento das ações e das políticas no atendimento à pessoa com TEA, aplicáveis através de convênios celebrados entre a Secretaria Estadual da Saúde - SES e a Secretaria Estadual da Educação - SEED e, sempre que possível, procurando envolver as Secretarias Municipais de Saúde, as Secretarias Municipais de Educação, as Universidades Federais e Estaduais e outras Instituições como Fundações e Associações.

Art. 3º Quando da formulação e implantação das políticas públicas em favor das pessoas com TEA, deve o Estado estabelecer as seguintes diretrizes junto às Instituições de Ensino por ele mantidas:

I – utilizar profissionais/docentes das Universidades, de forma a auxiliar o Estado na formação de profissionais aptos a diagnosticar o TEA precocemente, por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional;

II – implementar a criação de um cadastro das pessoas Autistas visando à produção de pesquisas que auxiliem as famílias;

III – promover a inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular.

Parágrafo único. O Estado incentivará a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA e, ainda, indicará junto às Universidades Estaduais a inserção no seu quadro de disciplina do estudo do Autismo em seus cursos de medicina e outros ligados à área de saúde.

Art. 4º O Poder Público tem a responsabilidade de promover, junto à comunidade, campanhas educativas e de conscientização acerca do TEA, buscando:

I – auxílio na formulação de políticas públicas voltadas às pessoas com TEA;

II – controle social da implantação das políticas públicas em favor do Autismo, com seu acompanhamento e avaliação por meio da criação de Comitês Estadual e Municipal, compostos por representantes de Associações de Pais; Sociedades de Pediatria; Neurologia Pediátrica; Neurologia, Psicologia; Universidades participantes; bem como representantes dos gestores públicos estaduais e municipais designados;

III – contribuição e estimulação para inserção da pessoa portadora do TEA no mercado de trabalho, observando-se as

peculiaridades da deficiência e previsão da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. As campanhas educativas e de conscientização acerca do TEA devem utilizar-se da TV e Rádio Educativa e processos comunitários.

Art. 5º São direitos da Pessoa com TEA:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a medicamentos e exames médicos, quando necessário;

IV – o acesso à informação que auxilie no seu tratamento e diagnóstico;

V – o acesso à educação e ensino profissionalizante;

VI – o acesso à moradia;

VII – o acesso à previdência social e à assistência social.

Art. 6º A pessoa com TEA não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar, nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, deverá ser observado o que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 7º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o dia 2 de abril como o Dia de Conscientização do Autismo, data que já é reconhecida mundialmente pela Organização nas Nações Unidas - ONU.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 013/12

Institui o Selo Jovem e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Selo Jovem.

Art. 2º O Selo Jovem será outorgado pela Secretaria do Esporte e pela Secretaria da Educação à entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção do jovem na sociedade, em especial àquelas que se dedicam ao combate às drogas e à violência.

Parágrafo único. O Poder Executivo constituirá um colegiado, vinculado à Secretaria do Esporte e à Secretaria da Educação, que, entre outras atribuições, fixará os requisitos para a obtenção do Selo, bem como indicará as entidades habilitadas a recebê-lo.

Art. 3º As entidades contribuintes do ICMS que receberem o Selo Jovem poderão obter incentivo fiscal na forma a ser fixada pelo Poder Executivo, até o limite de 12% do valor dessa contribuição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.

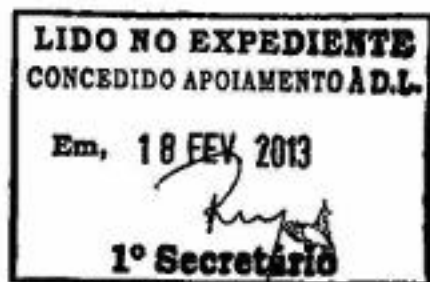
ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 411/2013


SÚMULA: *Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Dinarte Antonio Vaz.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, DECRETA:

Artigo 1º – Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Dinarte Antônio Vaz, Advogado, militante da profissão desde 1966, tendo Curitiba como sua cidade de atuação profissional.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2013


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA:

Dinarte Antonio Vaz, natural de São Paulo, nascido em 10/01/1941, filho de Pierre Vaz e Ophélia Bot Vaz, Casado com Maria Lúcia Vaz constituiu uma família maravilhosa e admirável. Seus filhos são: Pierre Vaz Neto, Marco Aurélio Vaz e Lorena Lúcia Vaz. Seus netos Tiago Amanda e Nicole são sua paixão.

Sua educação de base foi iniciada e concretizada no Estado de São Paulo. Dr. Dinarte concluiu o ensino fundamental no Colégio Dante Alighieri na capital Paulista e seu ensino médio no Colégio Claretiano na mesma cidade, veio para Curitiba cidade que adotou como sua casa e aqui cursou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-Pr., concluído o curso no ano de 1967.

Durante os cinco anos do curso de Direito, atuou como Diretor do Centro Acadêmico “02 de julho” da PUC, desempenhando as mais diversas funções. Neste período Participou de Conferências e Seminários Jurídicos, promovidos pelas três Faculdades de Direito da Capital, com palestras proferidas por vários professores de Direito do Brasil. Como Diretor do Centro Acadêmico “02 de julho”, organizou três conferências, sendo duas de Direito Civil e uma de Direito Penal, que foram realizadas no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Profissionalmente, Dr. Dinarte milita como Advogado desde 1967, tendo como sede principal de sua atuação advocatícia o Foro de Curitiba. especializado em advocacia Cível Geral e Trabalhista, Dr. Dinarte não deixou de desempenhar suas atividades profissionais em outras áreas do direito, como: a advocacia Criminal, Comercial e Fiscal.

Durante esse período, atuou em todas as Varas Cíveis de Curitiba, nas duas Juntas de Conciliação e Julgamento, nas Varas de Família, nas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Varas Federais, além de ter advogado nas Comarcas de Campo Largo, São José dos Pinhais e Itapeverica da Serra (São Paulo).

Integrou o escritório de advocacia dos professores Joaquim Brito de Lacerda e Carlos Fernando Correa de Castro, no período de 1966 a 1971. No período de 1969 a 1971, participou de escritório Jurídico na Cidade de Campo Largo, onde atendeu com regularidade de horário no período da manhã. Dr. Dinarte também ocupou o cargo de Secretário Geral da Faculdade e Direito da PUC-Pr. De 1971 a 1974 ocupou o cargo de Assessor Jurídico e Chefe da Divisão Administrativa da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB/CT.

Em 1974 Dr. Dinarte foi requisitado pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, para atender demandas da instituição. No BNH ocupou cargos de Assessor de Gerência, analista jurídico das áreas de Habitação Popular e de Cooperativa, bem como dos processos da área de Saneamento e Programas Especiais, sendo analista jurídico do primeiro "Projeto Cura" aprovado no Brasil, apresentado pela Prefeitura de Londrina/Pr na Gestão do Então Governador José Richa. Foi também integrante das Comissões de Licitação e de Sindicâncias no âmbito da Agência Paraná, Integrante do Comitê Regional de Concessão de Crédito – COCRER, além de Chefe da Assessoria Jurídica do Paraná de 1976 a 1980, Coordenador do FGTS para os Estados do Paraná e Santa Catarina, Presidente das Comissões de Sindicância por determinação da Diretoria de Administração/BNH, Secretário da Subcomissão Mista Permanente de Política Habitacional, Subgerente Financeiro do BNH no Paraná a partir de 1981, com o agrupamento das antigas atividades.

Deu continuidade a suas atividades profissionais na área habitacional, quando o BNH foi incorporado pela Caixa Econômica



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Federal em novembro de 1986. Já na CEF foi nomeado pela portaria nº 755/86, para integrar a Comissão encarregada da incorporação das atividades e distribuição dos funcionários do extinto BNH. Além desta função Dr. Dinarte também foi integrante do Grupo de transição da Gerência Financeira do Ex-BNH para a CEF, de 24.11.1986 até 03.05.1987, respondendo em especial pelas atividades do FGTS. Posteriormente ocupou o cargo de Advogado Jurídico Estadual da CEF/PR, inicialmente na área administrativa vinculada aos programas do ex-BNH e, posteriormente no contencioso geral.

Em abril de 1991, foi designado pela presidência da Instituição financeira para coordenar as atividades jurídicas de regularização e venda das residências dos Ministros de Estado em Brasília, trabalho desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Administração Federal da presidência da República. Foi também integrante do grupo de trabalho vinculado a Secretaria de Administração Federal para elaboração da legislação de normas e contratos de vendas dos imóveis acima mencionados.

Posteriormente foi designado para integrar a Comissão encarregada da regularização dos imóveis do denominado "Projeto Rio", no Rio de Janeiro-RJ, trabalho concluído e formalizado através de Convênio celebrado entre a União Federal representada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal. Em maio/1991. Ainda no Rio de Janeiro integrou a Comissão encarregada da regularização do imóvel denominado "Praça Garota de Ipanema", em negociações envolvendo a Prefeitura e o Estado do Rio de Janeiro.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Em julho de 1991, foi nomeado Delegado do Patrimônio da União no Estado do Paraná por ato do Ministério da Economia, Fazenda e planejamento, sendo exonerado a pedido em NOV/1992. Após exerceu as funções de Assistente Chefe da Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal no Paraná, sendo também designado para Gerente de Administração da Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal no Paraná até o ano 1995. Neste mesmo ano foi novamente nomeado como Delegado do Patrimônio da União no Estado do Paraná - por ato do Ministério da Economia, Fazenda e planejamento, ficando no cargo até o ano de 2001. No mesmo ano ocupou o cargo de Gerente de Área de Negócios da Secretaria do Patrimônio da União em Brasília-DF, por ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão até 2002. No mesmo ano foi reempossado como Gerente Regional do Patrimônio da União Estado do Paraná - "Gerência Classe A". Foi também: membro do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio da União, Presidente da Comissão de Licitação para arrendamento do Hotel das Cataratas em Foz do Iguaçu, Presidente da Comissão de Licitação para arrendamento da linha férrea do Corcovado, Cristo Redentor no Rio de Janeiro, integrante da Comissão constituída para definição dos critérios de uso das águas públicas federais. Atualmente Dr. Dinarte de forma competente mais uma vez o o cargo de Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Paraná.

Por estas razões, dentre tantas outras, é que apresentamos o presente projeto de lei, que reconhece os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pelo Doutor Dinarte. Sendo assim, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa na tramitação desta matéria.

R



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 041/2013

Projeto de Lei nº: 041/2013

Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE
CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO
DO PARANÁ AO SENHOR DINARTE
ANTONIO VAZ.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO
HONORÁRIO. LEI 13.115/01
ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E
16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO
PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE
E LEGALIDADE. APROVAÇÃO.
ANÁLISE FAVORÁVEL NA FORMA
DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor DINARTE ANTONIO VAZ.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

- I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
- II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
- III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
- IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
- V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

Contudo, a fim de conferir ao presente projeto de lei melhor técnica legislativa, sugere-se a emenda modificativa em anexo.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da Emenda Modificativa.

Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator




APROVADO
02.04.13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 041/2013

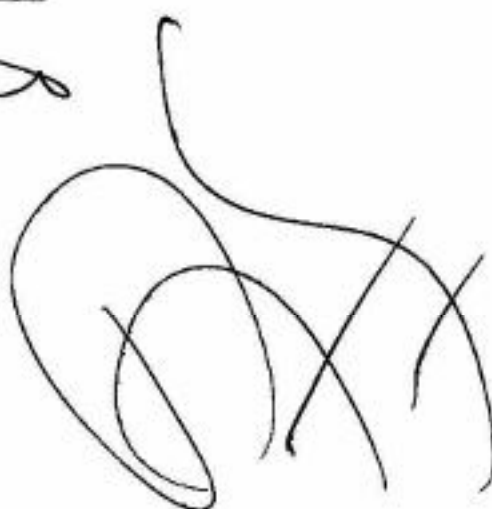
O artigo 1º do Projeto de Lei 041/2013, passará a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor Dinarte Antônio Vaz.

Sala das Sessões em 02 de abril 2013


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator











APROVADO
02.04.13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 44/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 21, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 21 São condições para o ingresso:*

I – como Oficial não combatente:

- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 40 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído Curso Superior na área exigida;
- d) aprovação em concurso público de provas e títulos;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais.

II – como Soldado:

- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído o ensino médio;
- d) aprovação em concurso público;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais;
- k) possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", no mínimo.

III – como Cadete do Curso de Formação de Oficiais Combatentes:

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído o ensino médio;
- d) aprovação em concurso público;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais.

§ 1º As condições para ingresso previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" dos incisos I, II e III serão reguladas por ato do Comandante-Geral da PMPR;

§ 2º A nomeação no caso do inciso I se dará por ato do Governador do Estado e nas demais hipóteses por ato do Comandante-Geral da PMPR.

§ 3º A posse deverá ocorrer no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar do ato de nomeação.

§ 4º Será tomado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Somente será empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

§ 6º No ato da posse, deverá ser apresentada declaração de bens e valores que constituem o patrimônio e a declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 7º O exercício do cargo deverá ocorrer no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da posse.

§ 8º Somente a partir do efetivo exercício das atribuições do cargo o militar estadual ficará sujeito aos direitos e deveres militares.

§ 9º O empossado que não entrar em exercício do cargo no prazo legal previsto neste artigo será exonerado de ofício.

§ 10 O exame de adequação psicológica previsto neste artigo conceitua-se como o processo técnico-científico que utiliza métodos, técnicas e instrumentos que permitem identificar aspectos psicológicos do candidato visando aferir se é detentor de perfil adequado para o desempenho das atividades relativas à função almejada e que consiste na aplicação de baterias de testes psicológicos, de aptidão, de nível mental (coeficiente de inteligência e habilidades mentais) e de personalidade.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 11 No exame de adequação psicológica poderão ser aplicadas por um ou mais psicólogos técnicas coletivas de testes em um grupo de candidatos e/ou técnicas individuais em um candidato, de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia.

§ 12 Quando não se mostre viável a sua realização pelos órgãos da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, poderá a Polícia Militar contratar instituições públicas ou privadas especializadas em processos seletivos e também para elaboração, aplicação e avaliação do exame de adequação psicológica, observada a necessidade de homologação, pela Polícia Militar ou pelo órgão de perícia oficial do Estado, dos atos realizados pelos terceirizados.

§ 13 Ato do Comandante-Geral da PMPR, a ser editado em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, regulamentará o exame de adequação psicológica e o perfil profissiográfico exigido dos candidatos às funções militares, prevendo no regulamento a possibilidade de interposição de recurso administrativo pelo candidato, com ou sem concessão de efeito suspensivo, bem como a entrevista devolutiva, que terá caráter puramente informativo sobre o resultado do exame.

§ 14 As condições para ingresso previstas no inciso I deste artigo, não se aplicam para o ingresso ao Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e ao Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), devendo ser aplicada a legislação específica."

Art. 2º A aplicação desta lei não atingirá os concursos (processos seletivos) que se encontram em andamento na PMPR, ou seja, em que o processo seletivo teve seu início anterior à vigência da presente lei.

Art. 3º Ficam revogados os artigos 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de fevereiro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ,
GOVERNADOR DO ESTADO

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 19/02/2013
Presidente



MENSAGEM

Nº 009 /2013

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 FEV. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 21 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), assim como adotar outras providências.

A Polícia Militar do Paraná, instituição sesquicentenária, responsável pela preservação da ordem pública, possui previsão legal de condições de ingresso no art. 21, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, conforme segue:

"Art. 21 - São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

- aprovação em concurso;

II - como soldado:

a) - ser brasileiro nato;

b) - ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;

c) - ser alfabetizado;

d) - ter comprovada moralidade;

e) - ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação; e

f) - ter no máximo 30 anos de idade.

III - como aluno do C.F.O.C.:

- a respectiva matrícula, na forma do Regulamento próprio."

Como observado, diante de todas as mudanças ocorridas dos idos do ano de 1954 até o presente ano de 2012, sendo a mais importante no aspecto jurídico-legislativo a Constituição Federal de 1988, o maior diploma legal de todos, ocorreram adaptações necessárias nas condições de ingresso para a PMPR, no entanto, de forma legalmente frágil, pois nos utilizamos de interpretações e diplomas legais similares.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.175.912-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



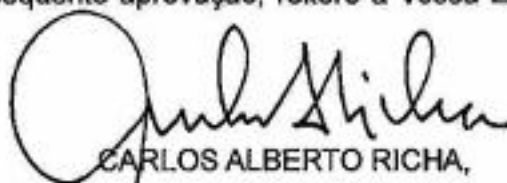
Em face destas adaptações, a Polícia Militar do Paraná é alvo constantemente de demandas judiciais, que discutem a legalidade e validade dos concursos para ingresso na Corporação.

Diante deste quadro, apresento o presente Anteprojeto de Lei visando uma sensível diminuição no número de demandas judiciais que são impetradas contra os atos da Corporação, buscando aumentar e agilizar o processo seletivo para o ingresso na Corporação, que hoje, tendo em vista as várias demandas judiciais, apresenta o processo seletivo e de ingresso moroso e por muitos discutidos quanto a sua eficácia e aplicação.

Propõe-se, também, a revogação dos artigos 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da citada lei, com o objetivo de evitar possíveis discussões e conflitos com a nova redação do artigo 21.

A presente proposta visa, em sua essência, regularizar, respeitando-se os ditames legais, a forma mais apropriada, adequada, técnica e juridicamente justa e correta de ingresso na Polícia Militar do Paraná a todos aqueles que se interessarem em fazer parte daquela Corporação, esteio de eficácia na prestação de serviços de segurança pública e patrimônio dos paranaenses.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ,
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei 1943 - 23 de Junho de 1954.

Publicado no Diário Oficial nº 108 de 17 de Julho de 1954

Súmula: Código da Polícia Militar do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A Polícia Militar do Estado, Corporação instituída pela Lei nr. 7, de 10 de agosto de 1854, para a segurança interna e manutenção da ordem no território estadual, é subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e considerada, de acordo com a legislação federal, força auxiliar, reserva do Exército Nacional, situação esta que a obriga a atender à convocação do Governo Federal, em caso

Art. 21. São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

aprovação em concurso;

II - como soldado:

a) ser brasileiro nato;

b) Ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;

c) ser alfabetizado;

d) ter comprovada moralidade;

e) ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação; e

f) ter no máximo 30 anos de idade.

III - Como aluno do C.F.O.C.:

a respectiva matrícula, na forma do Regulamento próprio.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013

Autor: PODER EXECUTIVO
Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 1.943 de 23 de junho de 1954

EMENTA: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ - PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO PARA ALTERAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 21 DA LEI Nº 1.943/1954 (CÓDIGO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ)- POSSIBILIDADE - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65, 66 E 87 DA CE - ART. 61 DA CF - ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP - CONSTITUCIONAL - PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.44/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo alterar o artigo 21 da Lei Estadual n. 1.943 de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar).

Concedido vista.

Em 26/02/2013

Pericles
Deputado
Assinatura



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



De acordo com a justificativa encaminhada pelo Poder Executivo, a Lei que se pretende alterar é dos idos do ano de 1954 devendo a mesma passar por uma adaptação considerando as alterações jurídicas e sociais que ocorreram até a corrente data. Em principal destaca a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Desta forma, visa readaptar as condições de ingresso para a Polícia Militar do Paraná, justamente para se evitar as constantes demandas judiciais, em que a PMPR é alvo, as quais discutem a legalidade e validade dos concursos para ingresso na Corporação.

Com a alteração pretendida o que se busca, além de reduzir substancialmente as demandas judiciais, é agilizar o processo seletivo para o ingresso na Corporação, haja vista que com a quantidade de ações judiciais tem se tornado cada vez mais moroso.

Ainda, o PL pretende revogar os artigos 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da Lei em apreço, com o propósito de se evitar qualquer conflito com a nova redação, que se pretende dar, ao artigo 21 do mesmo Diploma.

Por fim, argumenta que a proposta visa, em sua essência, regularizar, respeitando-se os ditames legais, a forma mais apropriada, adequada, técnica e juridicamente justa e correta de ingresso da Polícia Militar do Paraná a todos aqueles que se interessarem em fazer parte daquela Corporação, esteio de eficácia na prestação de serviços de segurança pública e patrimônio dos paranaenses.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Uma vez apresentado o PL a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.¹

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia [sic], ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia [sic], sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia [sic] Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que é de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66, incisos II e III:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

III organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

No mesmo sentido menciona o artigo 87, inciso VI da Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Por fim, cumpre-me mencionar que o Projeto de Lei em apreço, em relação a iniciativa coaduna perfeitamente com a



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Federal, mais precisamente o artigo 61, §1º, inciso II, alínea c, o qual menciona:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II - disponham sobre: [...]

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Conforme autoriza o regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente o artigo 33-A, inciso IV, alínea 'f'⁴, passo a me manifestar em relação ao mérito da proposição.

Em um primeiro momento válido mencionar que nosso ordenamento constitucional apresenta a organização

⁴ 'Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça: [...]

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre: [...]

f) alteração de Códigos; e [...]'



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



administrativa do Estado no sentido que os servidores públicos se situam em posição hierarquicamente subordinada ao mandatário do Poder respectivo.

Em relação a possibilidade jurídica das alterações legislativas pretendida pelo ora Projeto de Lei é possível concluir, interpretando-se o artigo 144, §6º da Constituição Federal⁵, que os organismos policiais militares integram a estrutura institucional do Poder Executivo, se encontrando em posição direta de dependência administrativa, funcional e financeira em relação ao Governador do Estado.

Aliado ao fato que a Constituição, ao tratar de Segurança Pública, não garantiu qualquer autonomia às polícias militares, civis, aos corpos de bombeiros militares, e assim sendo, subordinam-se diretamente aos Governadores dos Estados, está perfeitamente autorizado ao Poder Executivo realizar as alterações pretendidas no Código da Polícia Militar.

Deve-se considerar, ainda, que o Projeto de Lei em apreço busca reduzir o número de demandas judicial, as quais questionam os concursos públicos realizados para ingresso

⁵ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



naquela Corporação, fato este que já representa economia ao erário público.

No mesmo sentido busca agilizar o ingresso de novos servidores na Polícia Militar, possibilitando uma segurança mais efetiva e eficiente à população.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 44/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 05 de março de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013


Em exame o Projeto de Lei nº 44/2013, Mensagem nº 009/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera o Art 21, da lei nº 1.943/1954, referente ao Código da Polícia Militar do Paraná.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 13/03/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator